

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Comércio

Class.: 46

Data: 26/11/83

Pg.: _____

Juruna confiante no recurso ao TFR

BRASÍLIA — O cacique Mário Juruna está confiante de, hoje, obter do Tribunal Federal de Recursos, a concessão de habeas-corpus, impetrado em seu favor pelos deputados José Costa e advogado Jorge Bejo, baseado no voto do ministro Washington Bolívar de Brito, que defendeu, arduamente, o cacique. O habeas-corpus foi impetrado com vista, a anular o ato do Ministro do Interior, Mário Andreazza, que proibira o cacique de participar, como jurado, do Tribunal Bertrand Russel, na Holanda.

O ministro Washington Bolívar de Brito, juntamente com o ministro Jarbas Nobre, afirmou durante a sessão plenária de quinta-feira passada, que Juruna deveria ir. E o primeiro defensor defendeu dizendo o seguinte: "Segundo pude entender, este mesmo indígena já recebeu um mandato expresso ao lhe ser con-

ferido documento no sentido de que bem representa sua tribo e seu povo, a ponto de receber doações ou donativos das almas generosas ou das próprias instituições públicas, para sua gente. Não tem sentido que um mesmo documento diga uma coisa aqui e possa dizer diferentemente lá fora. Se tem competência ou capacidade de representar seu povo, sua nação, ante as repartições e perante as pessoas, enfim, perante a comunidade brasileira, penso que não lhe pode ser negado este mesmo direito também: lá fora."

Hoje, quando no tribunal pleno do TFR for julgado o mérito do pedido do habeas-corpus, uma vez que ficou ainda estabelecido qual a autoridade que vetará a saída de Juruna do País, também serão levados ao plenário, para apreciação, as informações prestadas pelo ministro Mário Andreazza.

Salesianos criticados em Roterdã

ROTTERDÃ, Holanda — A ação da ordem religiosa católica dos Salesianos com os índios do Noroeste brasileiro foi severamente criticada ontem em Roterdã ante o Tribunal Russell, que se ocupa dos direitos dos indígenas das Américas. O bispo de Goiás, dom Tomás Balduino, subiu pessoalmente à tribuna para defender os índios do Oeste do Brasil.

Uma representação dos Aruak e dos Tukano, do Noroeste do Brasil, denunciou ao Tribunal Russell que os salesianos, sob cujo controle se encontra praticamente a região em que vivem, violam suas liberdades religiosas, cultural, lingüística, econômica e de circulação, e tentam destruir tudo o que é próprio desses grupos étnicos, ação que foi qualificada de etnocídio.

Os denunciantes reconheceram que entre os missionários alguns tentaram ajudar os índios, mas foram enviados a outros lugares. Estimaram que a visita do Papa João Paulo II à região não deu nenhum resultado porque, declararam, "a situação continua exatamente igual", apesar de que o Papa os reconheceu como nação, coisa a que se recusam os salesianos.

Os aruak e os tukano reclamam o respeito de sua cultura, de suas tradições, de sua religião, e que se deixe de castigá-los por quererem falar em suas próprias línguas ou por deslocarem-se livremente pelo território. Pediram ainda que se pague preços justos por sua produção, assinalando que os salesianos lhes pagam Cr\$ 40 por trabalhos de artesanato que depois são vendidos nas cidades a Cr\$ 400.

Ao ser analisado outro caso de atentado contra os direitos dos indígenas das Américas, o bispo de Goiás, d. Tomas Balduino, apresentou-se ante o Tribunal para assumir a defesa dos nambiquaras, pequeno grupo

indígenas estabelecido na parte oeste do Brasil, perto da fronteira com a Bolívia, praticamente no centro do sub-continente sul-americano.

Monsenhor Balduino chamou a atenção sobre esse caso que, embora referindo-se apenas a 200 indivíduos, "é um caso simbólico da sorte que espera os indígenas, condenados a morte no continente americano".

Durante a sessão explicou-se que os nambiquaras ocupam uma região que foi declarada despovoada, segundo a versão das autoridades, o que permitiu a entrada de empresas agropecuárias no setor, após o que se produziu uma epidemia de gripe e malária que aniquilou as famílias indígenas.

O organismo que se ocupa dos indígenas, a Fundação Nacional do Índio do Brasil (Funai) organizou três transferências sucessivas dos nambiquaras para deixar o campo livre às agropecuárias, mas os indígenas regressaram sempre as suas terras, afirmaram os denunciantes.

Atualmente, o grande perigo para esse grupo étnico é o projeto de uma estrada, que está sendo planejada com financiamento parcial do Banco Mundial, o que significaria a invasão definitiva e total das terras indígenas.

Os denunciantes pediram ao Tribunal Russell que reclame ao Governo brasileiro uma demarcação definitiva, do território dos nambiquaras, que se altere o traçado da estrada e que peça ao Banco Mundial que renuncie participar da obra.

Ao fim da sessão, os membros do Tribunal Russell declararam que se alguma das testemunhas for perseguida em seu país pelas declarações feitas no Tribunal, este utilizaria toda sua força moral para defendê-las.